

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

Processo Administrativo nº 2026-0QDHH

**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PARCERIA COM
ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE (OSS)**

O Município de Muqui, Estado do Espírito Santo, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Muqui, através da Comissão de Seleção, consoante disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), bem como na Lei Federal nº 9637/1998, na Lei Municipal nº 740/2018 e no Decreto Municipal nº 07/2017, e no que couber, na Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICA** sua intenção de firmar CONTRATO DE GESTÃO com Instituição privada sem finalidade lucrativa já qualificada ou que venha a se qualificar neste certame como ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE (OSS), que atue na área da saúde, mediante as cláusulas que seguem.

1. OBJETIVO

1.1 - O presente Edital tem por objeto selecionar entidade privada sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS), para celebração de CONTRATO DE GESTÃO, objetivando a gestão e operacionalização (execução) das atividades e serviços de saúde do Hospital Maternidade “Dr. Aluísio Filgueiras”, situado à Rua João Jacinto, nº 84, Bairro Boa Esperança, Município de Muqui-ES, inscrito no CNES 2446782, funcionando em regime de 24 horas/dia, assegurando assistência universal e gratuita à população, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1- Que a entidade necessariamente esteja devidamente qualificada como **Organização Social de Saúde (OSS)** no Município de Muqui, cumprindo os requisitos de elegibilidade que atenda aos critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 07/2017 e nas demais legislações aplicáveis.

2.2- O presente processo seletivo destinado à celebração de contrato de gestão é aberto a todas as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades e serviços sejam dirigidos à área de saúde, que estão e ou que serão qualificadas como Organização Social de Saúde no âmbito deste município, de acordo com o previsto neste edital.

2.3 - O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), bem como na Lei Federal nº 9637/1998, na Lei Municipal nº 740/2018 e no Decreto Municipal nº 07/2017, e no que couber, na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais Normas do Sistema Único de Saúde (SUS), além das condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

2.4 - Não poderão participar deste certame as entidades:

2.4.1- As Entidades temporariamente suspensas de licitar e / ou impedidas de contratar com o Município de Muqui-ES e Entidades declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal.

2.4.2- As entidades das quais participe, a qualquer título, servidor público municipal de Muqui-ES.

2.5.3- As entidades em recuperação judicial, extrajudicial, sob liquidação em decorrência de extinção ou com falência decretada.

2.5.4- As Entidades que não estiverem devidamente qualificadas como Organização Social de Saúde, pelo Município de Muqui, de acordo com o Decreto Municipal nº 07/2017



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025

3. DA DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES.

3.1 - As entidades que tiverem interesse em participar do chamamento público poderão retirar o edital no site www.muqui.es.gov.br (Portal da Transparência) ou através do e-mail: licitacao@muqui.es.gov.br.

3.2 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o procedimento de Chamamento Público devem ser enviados ao Presidente da Comissão de Seleção até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, através do e-mail: licitacao@muqui.es.gov.br. Os esclarecimentos serão respondidos até o dia anterior marcado para a realização da sessão pública.

3.3 - A impugnação do edital deverá ser promovida através de protocolo, no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Muqui, situada na Rua Bernardino Monteiro, n.º 96, Centro, Município de Muqui-ES, no horário de 07h00min às 11h30min, de segunda-feira a sexta-feira, no prazo legal de até 05(cinco) dias úteis antes da data limite de apresentação das propostas no Setor de Protocolo.

3.4 - A impugnação do edital deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão de Seleção indicando o número do Chamamento Público e do Processo Administrativo, assim como o telefone e o e-mail do impugnante, e responsável para contato. No mesmo momento deverá ser juntado documento que comprove a aptidão do signatário para representação da organização social licitante.

3.5 - O Presidente da Comissão de Seleção decidirá sobre a impugnação no prazo de até 72 horas, informando ao interessado sobre a sua decisão.

3.6 - No caso de acolhimento da impugnação, será designada nova data para realização da sessão de julgamento do Chamamento Público, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.7 - A seleção será conduzida por Comissão de Seleção designada por ato do Poder Executivo, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo ao menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo, nos termos do art. 2º, X da Lei nº 13.019/2014. Após a celebração do Contrato de Gestão, será instituída Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 58 da mesma Lei, também com participação de servidor efetivo.

4 - DOS CRITÉRIOS E DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUALIFICAÇÃO.

4.1 –Para fins de obtenção da qualificação como Organização Social de Saúde, as entidades, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, deverão atender os requisitos do artigo 2º do Decreto Municipal nº 07/17 (no que não conflitar com a Lei Federal), e encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Administração/Presidente da Comissão de Seleção, acompanhado de cópia autenticada do Estatuto registrado em cartório, dispondo sobre:

- I) Natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- II) Finalidade não-econômica, no caso de associações civis, ou não lucrativas, no caso de fundações privadas, com obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- III) Aceitação de novos membros ou associados, na forma do estatuto, no caso das associações civis;
- IV) Previsão de incorporação integral do patrimônio, legados ou doações que lhe foram destinados por força do Contrato de Gestão e a ele afetados, bem como dos excedentes financeiros vinculados ao referido instrumento, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social de Saúde congênere qualificada no âmbito do Município na mesma

- área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados;
- V) Previsão de adoção de práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades;
- VI) obrigatoriedade de publicação anual, no jornal de circulação local onde a entidade mantém a sua sede, de relatórios financeiros, elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, e do relatório de execução do contrato de gestão no local da prestação do serviço;
- VII) Proibição de distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive, no caso de associações civis, em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.

4.2. Para fins de obtenção da qualificação como Organização Social a entidade deverá estar estruturada conforme determina o inciso I do artigo 2º do Decreto Municipal n.º 07/17, dispondo:

- a) Assembléia Geral, como órgão de deliberação superior, para as associações civis;
- b) Conselho Curador, Deliberativo ou Superior, como órgão de deliberação superior, para as fundações privadas;
- c) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, ou instância equivalente, como órgão de gestão;
- d) Conselho Fiscal, ou instância equivalente, como órgão de fiscalização da administração contábil-financeira.

4.2.1. A Organização Social deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:

- a) cópia da ata da constituição da entidade, devidamente registrada;
- b) cópia das atas de eleição e posse do Conselho de Administração e de sua Diretoria em exercício, devidamente registradas;
- c) cópia do estatuto social atualizado e devidamente registrado;
- d) cópia do último balanço patrimonial e demonstrativo do resultado financeiro do ano anterior, exigido na forma da lei, via Escrituração Contábil Digital e Escrituração Contábil Fiscal;
- e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- f) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas- CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB de cada um deles;
- g) certidões de regularidade fiscal, dos dirigentes da entidade e da pessoa jurídica, nos âmbitos federal, estadual e municipal, inclusive a negativa de débito previdenciário;
- h) certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS;
- i) certidão negativa de débitos trabalhistas.

4.3. Será vedada a qualificação de pessoas jurídicas quando:

- 4.3.1. Forem declaradas inidôneas por órgãos ou entidade da Administração Pública (Direta ou Indireta), nas esferas Federal, Estadual, Distrito Federal ou Municipal;
- 4.3.2. Estiverem sob o processo de falência, recuperação de crédito ou insolvência civil;
- 4.3.3. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública deste Município, ou quaisquer de seus órgãos ou entidades descentralizadas;

4.4 -Os documentos constantes do decreto 07/2017 e as cópias autenticadas dos demais documentos, constante deste Edital, deverão ser protocolados em envelope lacrado, identificado externamente da seguinte forma:

Ao Excelentíssimo Senhor José Marcos de Castro, Secretário Municipal de Saúde de MUQUI/ES. Referência: EDITAL N° xx/2026 - (Nome da Entidade).
--



- 4.4.1- Todos os documentos apresentados deverão ter as folhas enumeradas e rubricadas pelo representante legal da entidade.
- 4.4.2- No requerimento a entidade deverá declarar o número total de folhas enumeradas e rubricadas que constam no envelope lacrado.

4.5- O prazo para apresentação do requerimento, devidamente acompanhado dos demais documentos de qualificação exclusivamente na forma presencial, será até o dia xx/04/2026, até as 09:30h, no serviço de protocolo da Prefeitura Municipal de Muqui, situada na Rua Bernardino Monteiro Nº 96, Centro, Muqui/ES, que se dará até 05 dias úteis que antecedem a abertura dos envelopes das propostas.

4.6. Somente será aceito requerimento comprovadamente recebido no período estabelecido neste Edital.

4.7 - As organizações Sociais de Saúde OSS que já se encontram devidamente qualificadas no âmbito do Município de Muqui até a data anterior a publicação deste Edital, **NÃO NECESSITAM DE NOVA QUALIFICAÇÃO.**

5. DIRETRIZES E PREMISSAS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.

5.1 - As entidades que tiverem interesse em celebrar Contrato de Gestão com o Município de Muqui-ES, através do Fundo Municipal de Saúde, para gestão do **HOSPITAL MATERNIDADE “DR ALUÍSIO FILGUEIRAS”**, localizado na Sede do Município, nos termos deste edital, em já se encontrando qualificadas ou cumprindo as condições de qualificação previstas no item 4 e seguintes deste edital, portanto aptas; devem apresentar envelope devidamente lacrado e identificado no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Muqui até as 09h30min do dia fixado conforme o prazo mínimo de 35 dias úteis contados da publicação oficial deste Edital.

5.2 - O envelope contendo as documentações, devidamente lacrado, deverá apresentar etiqueta com os seguintes dizeres:

À COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE-OSS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI-ES
ENVELOPE ÚNICO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXX/2026 -ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE (OSS)
PLANO DE TRABALHO/PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO.
NOME DA ENTIDADE xxxxxxxxxxxxxx

5.2.1- O ato de protocolizar envelope lacrado, conforme ditames aqui estabelecidos, por si só expressa o interesse da Organização Social de Saúde em participar do presente certame.

5.3 - Para fins de conhecimento do local e das condições de prestação do serviço, as entidades interessadas poderão agendar visita técnica junto à Secretaria Municipal de Saúde a partir da data de publicação deste edital até 05 dias úteis antes da data limite para abertura dos envelopes.

5.3.1 - O agendamento deverá ser realizado no horário das 07h às 11h, através dos telefones (28) 3199-0472, ramal 300, ou (28) 99918-7056.

5.3.2 - A visita técnica não é obrigatória, sendo facultada à entidade interessada a sua realização para pleno conhecimento da realidade do Hospital Municipal e de suas condições de execução.

5.3.3 - Caso a entidade opte por não realizar a visita técnica, deverá apresentar, obrigatoriamente, declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, bem como das instalações onde o serviço será executado, assumindo a responsabilidade por eventuais dificuldades operacionais futuras.



5.3.4 - A Administração Municipal disponibilizará datas e horários distintos para os eventuais interessados que optarem pela realização da visita técnica, visando garantir a isonomia e evitar aglomerações na unidade hospitalar.

5.4. - Não será levado em consideração nenhum outro documento anexado além daqueles indicados nesta CONVOCAÇÃO PÚBLICA, e não será permitida a realização de alteração da PROPOSTA DE TRABALHO, salvo quando expressamente ressalvado no presente Edital.

5.5 - A inversão de documentos nos respectivos envelopes acarretará a inabilitação ou desclassificação da proponente.

5.6 - Qualquer Proposta Técnica em desacordo com as exigências deste Instrumento será desclassificada.

5.7 - Os documentos necessários às comprovações exigidas neste Edital, poderão ser apresentados por cópia, facultada a Comissão de Seleção solicitar a apresentação do original em caso de dúvida da autenticidade dos documentos apresentados. Havendo verificação de falsidade documental, a autoridade executiva será comunicada para adoção de medidas cabíveis.

5.7.1 - Serão admitidas assinaturas eletrônicas, desde que no documento apresentado constem meios hábeis para a verificação de sua autenticidade, incluindo, mas não se limitando a, QR Codes e códigos para validação em links de sites expressamente indicados no documento em questão.

5.7.2 - A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do ajuste, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.8 . A instituição participante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase deste procedimento, podendo a Comissão inabilitá-la ou desclassificá-la, conforme a hipótese, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente, caso seja constatada a ocorrência de imprecisão ou falsidade das informações e/ou dos documentos apresentados.

6 PROPOSTAS.

6.1 As Entidades interessadas em firmar Contrato de Gestão para gerenciar o **HOSPITAL MATERNIDADE “DR ALUÍSIO FILGUEIRAS”** de Muqui, deverão protocolizar no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Muqui, no local e prazo constante no item 5.1 deste Edital, os envelopes com a documentação solicitada. Em caso de apresentação de cópia simples, o representante da entidade deverá estar munido da via original do documento ou de cópia autenticada por tabelião de notas para eventual autenticação por servidor público da Prefeitura Municipal de Muqui-ES.

ENVELOPE N°. 1 – HABILITAÇÃO.



ENVELOPE Nº. 2 - PROPOSTA - (PROGRAMA DE TRABALHO DE ACORDO COM ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR/TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTE EDITAL, QUE JÁ CONTEMPLA A PROPOSTA FINANCEIRA).

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 02/2026

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

6.1.1 -ENVELOPE Nº. 2 – PROPOSTA (PROGRAMA DE TRABALHO).

A elaboração do Plano de Trabalho deve tomar por base e parâmetro, as informações constantes neste edital e seus anexos.

A proposta (Programa de Trabalho e Proposta Financeira) ENVELOPE 2, deverá ser elaborada com a identificação completa do proponente, em papel timbrado, redigida em vernáculo, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, possuir sumário, ser apresentada com páginas sequencialmente numeradas, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração. Contemplando: a Discriminação dos serviços de assistência à saúde a serem oferecidos à população, conforme descritos no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR/TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS deste edital, que inclui além dos serviços os resultados almejados; a sistemática econômico-financeira para a operacionalização dos serviços propostos; Descrição da equipe técnica e/ou de apoio; Definição de metas e indicadores de gestão adequados à avaliação de desempenho e qualidade na prestação dos serviços.

6.1.2 - Juntamente com o PLANO DE TRABALHO, a entidade interessada deverá comprovar:

6.1.2.1 - EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE GESTÃO DE ESTABELECIMENTO HOSPITALAR, Firmados por meio de Contratos de Gestão com Órgãos Públicos, Privados ou Filantrópicos, tendo em vista do Objeto se tratar de Unidade Hospitalar. Para tal comprovação deverão ser os apresentados os documentos idôneos conforme descritos abaixo:

- a) Para fins de comprovação de experiência, deverão ser apresentados além do atestado de capacidade Técnica, os contratos de Gestão firmados com Órgãos Públicos, Privados ou Filantrópicos para Gestão de Unidades Hospitalares.
- b) Só serão aceitos documentos de comprovação de experiência citados acima cujas Unidades Hospitalares estejam com SCNES ativo na data atual da Convocação Pública nº XXX/2026, e estejam acompanhados do respectivo Contrato de Gestão;
- c) Os documentos deverão ser apresentados na forma do item 5.2 e 6.1.2.1acompanhados de Declaração de Capacidade Administrativa, Técnica e Gerencial conforme **modelo do Anexo 02;**
- d) Os documentos aqui apresentados serão utilizados como parâmetro para o julgamento constante do item 6.1 deste edital.

6.1.3 - ENVELOPE 1 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO).

6.1.3.1 - As entidades interessadas no presente processo seletivo deverão comprovar a sua habilitação



econômica, fiscal e jurídica e técnica, em envelope próprio, lacrado, devidamente identificado como “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**” com etiquetagem como desmonstrado.

6.1.3.2 - A comprovação de REGULARIDADE ECONÔMICA-FINANCEIRA deverá ser demonstrada mediante análise do balanço patrimonial do último exercício, mediante cálculo do Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral – ISG e Índice de Liquidez Corrente – ILC, que não poderão ser inferiores a **1**, conforme fórmulas abaixo, podendo o balanço ser, em tal caso, atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados há mais de 3 meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por balancetes e balanços provisórios.

6.1.3.2.1 - O balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e encerramento, referente ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, devidamente assinado pelo responsável técnico e gestor responsável, registrado no órgão competente, podendo ser substituído pelo Sistema Público de Escrituração Digital SPED, devidamente acompanhado do Termo de Autenticação e Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital.

6.1.3.2.2 - Os índices previstos acima serão calculados da seguinte forma:

I.1) Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

Onde: ILG– Índice de Liquidez Geral; AC– Ativo Circulante; RLP– Realizável a Longo Prazo; PC– Passivo Circulante; PNC– Passivo Não Circulante*.

I.2) Índice de Solvência Geral:

$$ISG = AT / PC + PNC$$

Onde: ISG– Índice de Solvência Geral; AT– Ativo Total; PC– Passivo Circulante; PNC– Passivo Não Circulante*. *Equivalente ao Exigível a Longo Prazo – ELP (art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.941/2009);

I.3) Índice de Liquidez Corrente:

$$ILC = AC / PC$$

Onde: ILC– Índice de Liquidez Corrente; AC– Ativo Circulante; PC– Passivo Circulante.

OBS: As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço. As entidades que não atingirem os índices previstos serão inabilitadas do certame



6.1.3.3 - **Regularidade Fiscal**, mediante a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, expedida neste exercício de 2026, comprovando está plenamente ativa;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Nacional, expedida em conjunto pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pela Receita Federal do Brasil, quanto aos Tributos Federais e quanto à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Estadual onde for sediada a entidade e também nesta unidade da federação;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a entidade e também neste Município;
- e) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;

Certidão Negativa de débitos Trabalhistas; ou Certidão Trabalhista Positiva com efeito de Negativa;

6.1.3.4 - A **comprovação de regularidade jurídica** será atestada mediante a entregados seguintes documentos:

- a) Documento de qualificação da entidade como Organização Social no âmbito do Município.
- b) Estatuto Social registrado no Cartório competente, que demonstre que a sua área de atuação é compatível com o objeto deste Edital.
- c) Ata de eleição e de posse da atual Diretoria Executiva, ou instância equivalente a o órgão de gestão.
- d) Cópia da cédula de identidade (RG) e do cartão de inscrição no CPF/MF dos representantes legais da entidade.
- e) Atestado de Visita Técnica, realizado pela entidade no Hospital Dr. Aluísio Filgueiras e assinado pelo responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde, ou a Declaração Formal de Conhecimento das Condições da Contratação subscrita pelo responsável técnico da entidade interessada, conforme previsto no item 5.3.3 deste Edital.

6.1.3.5 - A comprovação da **qualificação técnica** será atestada mediante a entrega dos seguintes documentos: Comprovação mínima 03 (três) anos em experiência na gestão de Unidade Hospitalar, em gerenciamento de serviços de saúde com atendimento de urgência e emergência. Apresentar Contrato de gestão e com respectivo atestado de capacidade técnica emitido pelo órgão público ou instituição contratante.

6.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para



autenticação por servidor público da Prefeitura Municipal de Muqui.

6.3 - O limite de orçamento previsto, referente aos primeiros 12 meses de operação do Hospital Maternidade “Dr. Aluísio Filgueiras”, é de, no máximo, R\$ 5.991.000,00 (Cinco milhões novecentos e noventa e um mil reais), conforme Planilha de Custos levantada pelo Município, e correrão por conta da **Dotação Orçamentária**: Fundo Municipal de Saúde - 10.302.0014.2.037 - 3.3.90.39.99 - 150000150000 - 153.

6.3.1 - O repasse mensal de recursos será realizado segundo a Proposta Técnica e Econômica vencedora e as condições previstas no **Anexo Técnico 1-A do Termo de Referência**.

6.3.2 - O valor acima apontado refere-se às despesas das atividades de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, relacionados ao presente edital.

6.3.3 - A Planilha de Custo levantada pelo Município para fins de referenciar o valor a ser despendido no gerenciamento da parceria de que trata o presente edital, encontra-se detalhada no Anexo 1-C PLANILHA DE DESPESAS E CUSTEIO do Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

6.4 - O Plano de Trabalho, juntamente com a documentação listada para a Habilitação, deverão ser entregues via protocolo, **em envelope lacrado**, com a identificação de que se trata de documentação para "CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO COM ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE" no local e prazo previsto no item 5.1, no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Muqui- ES, até as 09:00h e 30 min.

6.5 - As propostas recebidas serão abertas no dia 18 de junho 2026 às 09h30min, pela Comissão de Seleção para Organizações Sociais de Saúde, que procederá à rubrica e análise de todos os documentos.

6.5.1 - A Sessão Pública de abertura dos envelopes ocorrerá no espaço Municipal, situado na Rua Bernardino Monteiro , nº 96, Centro de Muqui-ES.

6.5.2 - As entidades que tiverem interesse em estar presentes à sessão de abertura dos envelopes, deverão se fazer representar por pessoa com documento que comprove seus poderes, inclusive com procuração com firma reconhecida se for o caso e necessário à representação.

6.6 - A Organização Social de Saúde vencedora iniciará a execução e implantação dos serviços a partir da assinatura do Contrato de Gestão.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS RECEBIDAS (PLANO DE TRABALHO)

7.1 A análise e o julgamento das propostas serão realizados pela Comissão Especial de Seleção, com base no **Plano de Trabalho** (Envelope nº 2) apresentado, priorizando o mérito da proposta e a sua adequação aos objetivos da política pública de saúde adequadas a realidade e estrutura do Hospital a ser gerenciado, conforme previsto nas legislações que regem este certame. Serão desclassificadas as entidades cujas Propostas de Trabalho não atendam às especificações técnicas constantes nos anexos do presente Edital.

7.2. **Critérios de Julgamento:** O julgamento será objetivo e levará em consideração a adequação da proposta aos objetivos específicos do Estudo Técnico Preliminar/ Termo de Referência, conforme o **Art. 27 da Lei nº 13.019/2014**. Serão desclassificadas as entidades cujas Propostas de Trabalho não atendam às especificações técnicas e aos anexos deste Edital. A classificação das Propostas de Trabalho obedecerá aos critérios de pontuação descritos a seguir, sendo a Nota Técnica (NT) o somatório dos resultados obtidos por cada fator de avaliação:



- 7.3 - A classificação das Propostas de Trabalho obedecerá aos critérios de pontuação descritos no item 7.8.1 deste Edital.
- 7.4 - A (O) Secretário (a) Municipal de Saúde publicará o resultado do processo seletivo, com o nome da Organização Social vencedora.
- 7.5 - É facultada à Comissão Especial de Seleção ou a (ao) Secretária (o) Municipal de Saúde, em qualquer fase do processo de Seleção, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo.
- 7.6 - Caso todas as Propostas de Trabalho sejam desclassificadas, a Comissão Especial de Seleção poderá declarar fracassado o chamamento público ou fixar às entidades participantes o prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis para a apresentação de novas propostas.
- 7.7- Das decisões da comissão especial de seleção caberá recurso que poderá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da ciência do interessado. A Proposta de Trabalho deverá seguir o Roteiro para Elaboração da Proposta de Trabalho descrito no **anexo 08** deste Edital.
- 7.8 - No julgamento das Propostas Técnicas e Financeiras apresentadas pelas entidades interessadas (integrantes do Plano de Trabalho), para efeito de análise e pontuação, serão considerados os critérios constantes nos quadros abaixo:

7.8.1- AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

No julgamento da Pontuação Técnica para a definição da Nota Técnica (NT) será considerado o somatório dos resultados obtidos por cada fator de avaliação, conforme fórmula a seguir:

$$\text{NT} = \text{C1} + \text{C2} + \text{C3}$$

Item C1: PROPOSTA DE MODELO GERENCIAL/ ASSISTENCIAL - No conjunto da Proposta corresponde a 30 pontos.

Avalia a adequação da Proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da unidade e ao Constante descrito no Estudo Técnico Preliminar/Termo de Referência (anexo 01 do Edital)

Item C2: PROPOSTA DE ATIVIDADES VOLTADAS À QUALIDADE E GESTÃO HOSPITALAR - No conjunto da Proposta equivale a 30 pontos.

Expressa e promove meios para a obtenção de nível ótimo de desempenho dos serviços para a eficácia das ações de assistência e a Humanização das relações entre equipe profissional, usuários da unidade e comunidade.

Item C3: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - No conjunto da Proposta equivale a 40 pontos.

- Certificar experiência anterior em Gestão de serviços Hospitalares, firmados com Órgãos Públicos, Filantrópicos ou Privados, mediante comprovação através de declarações e documentos legalmente reconhecidos.

CRITÉRIOS DE PONTUACAO:

C1: PROPOSTA DE MODELO GERENCIAL/ ASSISTENCIAL

Matriz de Avaliação para Julgamento e Classificação		
Critérios	Descrição do Item de Avaliação	Pontuação Máxima
C1 Proposta de Modelo Gerencial/Assistencial Avalia a adequação da proposta quanto aos serviços a serem ofertados e quanto ao conteúdo do termo de referência e Edital.	100% de atendimento do Termo de Referência	30 pontos
	90% a 99% de atendimento do Termo de Referência	27 a 29 pontos
	80 % a 89% de atendimento do Termo de Referência	24 a 26 pontos
	70 % a 79 %de atendimento do termo de Referência	21 a 23 pontos
	60 % a 69% de atendimento do termo de Referência	18 a 20 pontos
	50 % a 59% de atendimento do termo de Referência	15 a 17 pontos
	40 % a 49% de atendimento do termo de Referência	12 a 14 pontos
	30 % a 39% de atendimento do termo de Referência	09 a 11 pontos
	20 % a 29% de atendimento do termo de Referência	06 a 08 pontos
	10 % a 19% de atendimento do termo de Referência	03 a 05 pontos
	Abaixo de 10% de atendimento ao Termo de Referência	0 pontos

C2: PROPOSTA DE ATIVIDADES VOLTADAS A QUALIDADE E GESTÃO HOSPITALAR

		Descrição do Item de Avaliação	PROPOSTA	IMPLANTADAS Contratos de Gestão
	(a)	Serviço de Atendimento ao Usuário e Pesquisa de Satisfação (SAU);	1	2
	(b)	Programa de Educação Permanente;	1	2
	(c)	Programa de Gerenciamento de Resíduos de Saúde;	2	4
	(d)	Comissões Hospitalares- Comissões Técnicas de Controle de Infecção Hospitalar; Revisão de prontuários e Óbitos; Farmácia e Terapêutica; Núcleo de Segurança do Paciente e Humanização Hospitalar;	4	8
	(e)	Acolhimento com avaliação e classificação de risco dos usuários na unidade.	1	2
	(f)	Proposta ou comprovação através de documentos legais de projetos assistenciais e/ou sociais realizados no local de origem do Contrato de Gestão firmado (relacionamento com a atenção primária, comunidades, campanhas educativas ao usuário, etc). Apresentação de comprovação do fato.	2	4
	g)	Sistema de Compras realizado por meio de plataforma digital para a gestão de compras no setor da saúde, focado em eficiência, transparência e inteligência, com acesso amplo de fornecedores, a maior base de cadastro de medicamentos e materiais médicos, com geração de relatórios gerenciais e operacionais, e integração com sistemas via webservice ou upload de arquivo.	2	4
	h)	Comprovação em seu quadro societário e/ou de Diretores profissionais da área de saúde com Títulos de Especialista em Gestão Hospitalar, com comprovada experiência na área de atuação do objeto do presente chamamento público. Sendo 02 pontos por título apresentado (máximo 02 títulos)	0	4
		Total de Pontos	13	30

*Para pontuação referente à coluna implantadas em contratos de Gestão, só serão pontuados os documentos cujas datas sejam anteriores a publicação deste Edital..

* Não haverá para fins de pontuação a possibilidade de pontuar nas duas colunas "PROPOSTA OU IMPLANTADAS";

* A pontuação na coluna implantadas será feita mediante a avaliação da documentação que efetivamente promova a devida comprovação da efetiva implantação e vigência.

C3: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

	Valor mensal do Item de Avaliação	Critérios
Qualificação Técnica	0,8 pontos a cada mês completo trabalhado em Gestão Hospitalar, em contratos de Gestão firmados com órgãos Públicos, limitado a 25 meses.	Apresentação de Documento que comprove Contrato de Gestão com Órgãos Públicos em gestão Hospitalar
Qualificação Técnica	0,2 pontos a cada mês completo trabalhado em Gestão Hospitalar, em contratos de Gestão firmados com Instituições Privadas ou Filantrópicas, limitado a 25 meses	Apresentação de Documento que comprove Contrato de Gestão firmados com Instituições Privadas ou Filantrópicas em Gestão Hospitalar.
Qualificação Técnica	0,4 pontos a cada mês completo trabalhado em Gestão de Serviços de urgência e emergência Hospitalar ("pronto Socorro Hospitalar"), em Contratos de Gestão firmados com órgãos Públicos, limitado a 25 meses.	Apresentação de Documento que comprove Contrato de Gestão com Órgãos Públicos em Gestão de serviços de urgência e emergência Hospitalar (pronto Socorro Hospitalar).
Qualificação Técnica	0,2 pontos a cada mês completo trabalhado em Gestão de Serviços de urgência e emergência Hospitalar ("pronto Socorro Hospitalar"), em Contratos de Gestão firmados com Instituições Privadas ou Filantrópicas, limitado a 25 meses.	Apresentação de Documento que comprove Contrato de Gestão com Instituições privadas ou Filantrópicas em Gestão de Serviços de Urgência e Emergência Hospitalar (Pronto Socorro Hospitalar).
Pontuação máxima do item C3 = 40 pontos		

7.8.2 - Cada critério acima possui uma pontuação máxima. **A pontuação total, que é a somatória da pontuação em cada critério, totaliza no máximo 100 pontos (C1 + C2 + C3);**

7.8.3- **Em caso de empate na pontuação total**, terá preferência na celebração do Contrato de Gestão, a Organização Social de Saúde com **maior tempo de experiência em Gestão Hospitalar em contratos de gestão firmados com órgãos Públicos**, comprovado através de documentos idôneos (por ex. contratos, convênios, atestados de capacidade técnica, etc.);

7.8.4 - A Comissão de Seleção deverá apresentar o resultado da Fase de Julgamento das Propostas Técnica e Preço em até 02 (dois) dias do início da aludida fase, publicando o resultado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, e/ou no Órgão Oficial do Município.

7.8.5- A OSS PARTICIPANTE DESTA CHAMAMENTO PÚBLICO QUE NÃO ATINGIR A PONTUAÇÃO MÍNIMA DE CINQUENTA POR CENTO MAIS UM PONTO, OU SEJA, 51% NA PONTUAÇÃO GERAL DOS CRITÉRIOS AVALIADOS PARA A CONTRATAÇÃO **SERÁ**



DESCCLASSIFICADA.

7.8.6 - A publicação do resultado marcará a data de início de prazo, para interposição de recursos da decisão que declarou a Organização Social vencedora.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

- 8.1 - Compete ao Município de Muqui-ES prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Organização Social parceira.
- 8.2 - Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do Contrato de Gestão de acordo com o este Edital e todos seus Anexos e Plano de Trabalho aprovado.
- 8.3 - Repassar os recursos financeiros à Organização Social conforme estabelecido no Contrato de Gestão, para pagamento dos salários e remunerações do pessoal contratado e demais despesas previstas no Plano de Trabalho, sendo que, no caso de atraso dos repasses o parceiro público se compromete a arcar com todos os acréscimos dele decorrentes, devendo ser repassados conjuntamente com o valor do mês subsequente.
- 8.4 - Publicar na Imprensa Oficial do Estado ou órgão equivalente o extrato do Contrato de Gestão e de seus aditivos e apostilamentos, e disponibilizar na Imprensa Oficial do Município sua íntegra, bem como publicação no PNCP, na forma do Art. 94 da Lei 14.133/2021.
- 8.5 - Designar Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização para o Contrato de Gestão.
- 8.6 - Prestar o apoio necessário à Organização Social de Saúde para que seja alcançado o objeto do Contrato de Gestão.
- 8.7 - A presente cláusula editalícia se complementa com a cláusula correspondente de obrigações do contratante (Município) constante do Contrato de Gestão, cuja minuta faz parte integrante do presente instrumento (Anexo 09).

9. DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE

- 9.1 - Executar o objeto e cumprir todas as obrigações do **Contrato de Gestão** e do Plano de Trabalho.
- 9.2 - Executar conforme aprovado pelo Parceiro Público a Proposta Técnica e Financeira com seu respectivo Plano de Trabalho.
- 9.3 - Responsabilizar-se pela contratação e pelo pessoal que vier a ser necessário e se encontrar em efetivo exercício nas atividades inerentes a execução do Contrato de Gestão, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes.
- 9.4 - Promover, mensalmente, a Prestação de Contas do **Contrato de Gestão** junto à Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com este edital e Leis aplicáveis.
- 9.5 - Apresentar obrigatoriamente os comprovantes de pagamento de salários juntamente com a folha de pagamento, bem como do respectivo recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), juntamente com os documentos mensais da prestação de contas.
- 9.6 - Encaminhar **MENSALMENTE PRESTAÇÃO DE CONTAS** por meio de relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado dos respectivos demonstrativos financeiros, para o Parceiro Público, em prazo de 15 (quinze) dias a contar do encerramento do período, devendo estes serem entregues via protocolo na Administração Municipal. O formato digital deverá ser entregue sempre que



solicitado pela administração Municipal para fins de divulgar no site da transparência.

9.6.1 - Em exceção à regra de prestação de contas deste item, a prestação de contas do primeiro mês de execução dos serviços, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado dos respectivos demonstrativos financeiros, deverá ser remetida para o Parceiro Público até o vigésimo dia do mês subsequente, sendo condicionante para a liberação das demais parcelas de pagamento do cronograma de desembolso.

9.7 - A presente cláusula editalícia se complementa com a cláusula correspondente de obrigações da contratada (Organização Social) constante do Contrato de Gestão, cuja minuta faz parte integrante do presente instrumento (Anexo 09).

9.8 - Assumir inteira responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução **Contrato de Gestão**, sendo o Município de Muqui isento de responsabilidade solidária ou subsidiária.

9.9 – A organização social de saúde fica equiparada tributariamente às de utilidade pública, gozando de isenções ou imunidade que a lei lhe conferir.

10. DO CONTRATO DE GESTÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE.

10.1 - A Organização da Social vencedora celebrará **Contrato de Gestão** com vigência de **05 (cinco) anos**, com início de execução imediata após assinatura do **Contrato de Gestão**, podendo ser prorrogado, observado o prazo limite da Legislação vigente, através de Termo Aditivo. A prorrogação será de ofício (automática) no caso de **atraso na liberação de recursos** pela Administração Pública, limitada ao exato período do atraso verificado.

10.2 - O reajuste do preço contratado ocorrerá anualmente no mês de cada aniversário do contrato, e será equivalente à variação percentual do IGP-DI/FGV - Índice de Preço – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, dos últimos 12 (doze) meses.

10.3- A Organização Social de Saúde vencedora deverá comparecer no prazo de três (03) dias úteis, contados do recebimento da convocação oficial do Município de Muqui-ES, para a assinatura do Contrato de Gestão.

10.4- Decorrido o prazo de três (03) dias úteis após o recebimento do comunicado oficial para assinatura do Contrato de Gestão e não tendo a entidade vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades previstas neste Edital, sendo chamada a próxima Organização Social classificada.

10.5- Qualquer acordo/ajuste entre o Município de Muqui - ES e a Organização Social parceira será formalizado por escrito mediante aditivo ao Contrato de Gestão.

10.6- A inexecução total ou parcial do Contrato de Gestão pela Organização Social contratada ensejará a sua perda da qualificação e demais penalidades previstas em Lei, observados o contraditório e a ampla defesa.

10.7- O Contrato de Gestão a que se refere este edital, além de especificar o objeto, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes na operacionalização da gestão da referida unidade, compreendendo a execução das atividades e serviços de assistência à saúde, metas operacionais, definição dos indicadores de avaliação de desempenho e de qualidade na prestação dos serviços, prazo de execução, bem como a sistemática econômica e financeira da gestão, conforme minuta reproduzida no Anexo 09, deste edital.



11. DOS RECURSOS

11.1 - O recurso deverá ser interposto no prazo de **cinco (05) dias úteis** a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata nos casos de desclassificação, julgamento dos projetos, da anulação ou revogação do Chamamento Público. A interposição do recurso deve ser precedida de petição devidamente fundamentada.

11.2 - Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação deste edital, deverão ser dirigidos ao **Secretário Municipal de Saúde** e protocolizados junto ao Protocolo Geral do Município de Muqui-ES, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Muqui, na Rua Bernardino Monteiro, n.º 96, Centro, Muqui-ES. Telefone para informações: (28) -3199-0456, das 07:00hs às 11:30h, em dias úteis.

11.3 - A falta de manifestação no prazo estipulado importará na decadência do direito de recorrer.

12. DAS PENALIDADES

12.1 - A inobservância pela **Organização Social** das normas ou obrigação constante deste Edital de Chamamento Público ou seus Anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará ao Município de Muqui, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nas leis que regem este Chamamento e alterações posteriores, quais sejam:

12.1.1 - Advertência;

12.1.2 - Multa, no valor total da proposta financeira entre 0,1 e 1,0% (um décimo e um inteiro por cento), estipulada pelo Município, dependendo da gravidade da infração, a ser cobrada nos termos da Legislação Municipal.

12.1.3 Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora (Município de Muqui), por prazo não superior a 02 (dois) anos.

12.1.4 - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

12.1.5 - Perda de Qualificação como Organização Social no âmbito do Município.

12.2 - A imposição das penalidades previstas neste item dependerá da gravidade do fato que as motivar, consideradas as circunstâncias objetivas que o tenham norteadado, e dela será notificada a Organização Social de Saúde.

12.3 - As sanções previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.3, 12.1.4 e 12.1.5 deste item 12 poderão ser aplicadas conjuntamente com o subitem "12.1.2".

12.4 - Da data de publicação da aplicação das penalidades a Organização Social de Saúde terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso, dirigido ao Secretário Municipal de Saúde, conforme o caso.

12.5 - O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à Organização Social de Saúde e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual, garantido o direito de defesa.

12.6 - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito da CONTRATANTE exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar



para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Nos termos da minuta do Contrato de Gestão ora proposta, a entidade selecionada receberá, a título de permissão de uso, bens móveis e imóvel para a fiel execução do objeto. Os bens permanentes adquiridos pela OSS com recursos da parceria serão gravados com cláusula de inalienabilidade e serão de propriedade do Município em caso de extinção da OSS, conforme legislação pertinente.

13.2 - Todos os prazos mencionados neste edital serão sempre contados em dias corridos, salvo indicação em contrário, excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Administração Pública Municipal.

13.3 - A participação da Entidade neste processo de seleção implica na aceitação integral e irretratável dos termos, cláusulas, condições e anexos deste instrumento, bem como na observância e conhecimento das normas editalícias deste Chamamento Público, dos regulamentos administrativos e das normas técnicas e legislações aplicáveis.

13.4 - A Entidade proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste procedimento.

13.5 - A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do ajuste, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.6 - Poderão ser colocados à disposição da entidade selecionada para gestão do HOSPITAL MATERNIDADE "DR. ALUÍSIO FILGUEIRAS", servidores públicos efetivos da Administração Municipal que estiverem vinculados ao serviço transferido, desde que acordado entre as partes contratante e contratada.

13.7 - Fica eleito o foro central da Comarca de Muqui para dirimir qualquer questão oriunda do presente Edital ou da execução do Contrato de Gestão, ficando, contudo, estabelecida a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa.

Muqui - ES, 13 de maio de 2026.

JOSÉ MARCOS DE CASTRO
Secretário Municipal de Saúde

SERGIO LUIS ANEQUIM
Prefeito Municipal